

<b>Nome 1:</b>	<b>Nº USP:</b>
<b>Nome 2:</b>	<b>Nº USP:</b>
<b>Nome 3:</b>	<b>Nº USP:</b>
<b>Atividade:</b> Provisões e passivos contingentes	<b>Data:</b> 24.10.2017

**Reforçando os conceitos de provisões e passivos contingentes (reconhecimento, mensuração)<sup>1</sup>**

(1) São exemplos de Provisões, conforme a definição da IAS 37 (CPC 25):

- a) Provisão para Processos Trabalhistas, Provisão para Redução dos Estoques ao Valor de Mercado e Provisão para Garantia;
- b) Provisão para Redução dos Estoques ao Valor de Mercado, Provisão para Processos Cíveis e Provisão para Garantia;
- c) Provisão para Reestruturação, Provisão para Garantia e Provisão para Processos Judiciais;
- d) Provisão para Processos Tributários, Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e Provisão para Processos Ambientais; e
- e) Provisão para Garantia, Provisão para Processos Trabalhistas e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

(2) Uma companhia aérea é requerida por lei a vistoriar as suas aeronaves a cada dois anos. No encerramento do exercício, as aeronaves já haviam sido utilizadas por um ano e meio. Pergunta-se: existe necessidade de reconhecimento de uma provisão para vistoria das aeronaves? Justifique sua resposta com base no CPC25.

(3) Em 07 de dezembro de 2010, o conselho da Cia Reestruturada SA decidiu encerrar as atividades da divisão X, que produz o produto Y. Em 18 de dezembro de 2010, um plano detalhado para o fechamento da divisão foi aprovado pelo conselho; cartas foram enviadas aos clientes alertando-os para procurar uma fonte alternativa de fornecimento em relação ao produto Y, e comunicações diversas sobre demissões foram enviadas para o pessoal da divisão. Pergunta-se: existe necessidade de reconhecimento de uma provisão para reestruturação? Justifique sua resposta com base no CPC25.

(4) Em 07 de dezembro de 2010, o conselho da Cia Reestruturando SA decidiu encerrar as atividades de uma divisão. Antes do fechamento do balanço (31 de dezembro de 2010), a decisão não havia sido comunicada a qualquer um dos afetados por ela, e nenhuma outra providência havia sido tomada para implementar a decisão. Pergunta-se: existe necessidade de reconhecimento de uma provisão para reestruturação? Justifique sua resposta com base no CPC25.

(5) De acordo com a nova legislação, a Cia Não Filtrando SA é requerida a instalar filtros de fumaça nas suas fábricas até 30 de junho de 2011. A entidade não fez a instalação dos filtros de fumaça. Pergunta-se:

- (a) Existe necessidade de reconhecimento de uma provisão em 31 de dezembro de 2010? Justifique sua resposta com base no CPC25.
- b) Existe necessidade de reconhecimento de uma provisão em 31 de dezembro de 2011? Justifique sua resposta com base no CPC25.

<sup>1</sup> Fonte: exercícios adaptados dos exemplos do CPC\_25.

**Reforçando os conceitos de passivos e provisões (divulgação)<sup>2</sup>**

(6) Avaliando as demonstrações de 2011 da Ecovias SA, você se depara com o a nota explicativa número 19, sobre provisões, em destaque:

19. PROVISÃO PARA PERDAS TRIBUTÁRIAS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

Os diversos processos em andamento são de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal dos negócios da Companhia. A respectiva provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis foi constituída para os processos cujas possibilidades de desembolso futuro foram avaliadas como prováveis, com base na opinião de seus consultores legais.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

Natureza	31/12/2009	Adições	Pagamentos	Atualização monetária	31/12/2010
Cível (a)	8.646	2.853	(820)	1.003	11.682
Tributária (b)	518	503	(540)	45	526
Trabalhista (c)	<u>4.235</u>	<u>1.443</u>	<u>(1.549)</u>	<u>473</u>	<u>4.602</u>
13.399	<u>          </u>	<u>4.799</u>	<u>(2.909)</u>	<u>1.521</u>	<u>16.810</u>

  

Natureza	31/12/2010	Adições	Pagamentos	Atualização monetária	31/12/2011
Cível (a)	11.682	2.143	(5.424)	3.152	11.553
Tributária (b)	526	1.379	(221)	85	1.769
Trabalhista (c)	<u>4.602</u>	<u>2.909</u>	<u>(2.330)</u>	<u>1.095</u>	<u>6.276</u>
16.810	<u>          </u>	<u>6.431</u>	<u>(7.975)</u>	<u>4.332</u>	<u>19.598</u>

Fonte: CVM, ITR, Relatório da Ecovias 2011, página 31.

O uso da classificação de desembolso “provável” é correto para reconhecer e divulgar uma provisão? Justifique.

<sup>2</sup> Fonte: casos adaptados de relatórios disponíveis no site da CVM (2012).

(7) Avaliando as demonstrações de 2011 da MPX Energia SA, você se depara com a nota explicativa número 22, sobre provisões para contingências, em destaque:

## 22 Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas não são parte de ações judiciais cíveis, trabalhistas e tributárias avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco provável de perda, e consequentemente não constituíram provisão para contingências.

A Companhia e suas controladas são parte de ações judiciais cíveis e trabalhistas, no montante de R\$9.457 (R\$8.427 em 31 de dezembro de 2010), avaliado pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível de perda, para as quais a Administração julga não ser necessária a constituição de qualquer provisão. As principais causas cuja classificação é possível de perda são as seguintes:

- a. Ação trabalhista onde o autor pleiteia vínculo empregatício e o recebimento de percentual sobre a alienação das quotas da ex-controlada MPX Termoceará Ltda.;
- b. Ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal em Corumbá, Mato Grosso do Sul, em litisconsórcio com o Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul, contra o IBAMA e a Termopantanal Ltda., questionando a validade da licença prévia concedida por aquele instituto à referida controlada da MPX Energia S.A..
- c. Ação proposta pelo Ministério Público Federal e pelo IBAMA visando à anulação dos atos praticados no licenciamento da UTE Porto de Itaquí Geração de Energia S.A. sob a alegação de que a competência para o licenciamento seria do IBAMA.
- d. Ação de cobrança proposta com obrigação de fazer questionando negócio jurídico relativo a uma suposta promessa de compra e venda firmada com a UTE Porto de Itaquí Geração de Energia S.A..
- e. Ação proposta pelo Ministério Público Federal na qual requer: (i) que a Semace e o IBAMA se abstenham de conceder licenças ambientais na área destinada à implantação do Distrito Industrial de Pecém até que seja realizado o licenciamento de todo o complexo; (ii) paralisação imediata das obras de instalação da UTE; (iii) o condicionamento de contratos pelo Estado do Ceará para novos empreendimentos ao prévio licenciamento ambiental do próprio complexo industrial.
- f. Tributação pelo IRPJ e CSLL dos pagamentos e recebimentos relativos à conta consumo de combustíveis fósseis (“CCC”).
- g. Ação de Indenização com pedido de tutela antecipada contra a UTE Porto do Itaquí Geração de Energia S.A., em razão da suposta passagem da linha de transmissão desta no Sítio Livramento.
- h. Ação de Reintegração de Posse movida pela COPI alegando ser titular de parte da área utilizada pela UTE Porto do Itaquí.

Fonte: CVM, ITR, Relatório MPX Energia SA 2011, páginas 129 e 130.

A classificação do “risco” como possível está bem fundamentada? E o uso do termo “provisão para contingências”, é adequado? Justifique.

(8) Avaliando as demonstrações de 2011 da Suzano Papel e Celulose SA, você se depara com a nota explicativa número 19, sobre provisões para contingências, em destaque:

Os principais processos são comentados a seguir:

### **COFINS**

A Companhia possui depósitos judiciais de COFINS, no montante de R\$ 19,3 milhões, realizados em processo judicial no qual se discute as alterações promovidas pela Lei nº 9.718/98, sendo R\$ 11,8 milhões relativos à ampliação de base de cálculo, cuja jurisprudência está pacificada a favor do contribuinte, e R\$ 7,5 milhões referentes à majoração de alíquota, cuja jurisprudência está pacificada a favor da União Federal e para os quais há provisão.

### **Outros processos tributários**

Além do processo judicial citado no item precedente, a Companhia figura no pólo passivo em processos judiciais e administrativos, nos quais houve adesão ao Programa de Recuperação Fiscal (“REFIS”), Lei nº 11.941/09, com constituição de provisão no valor de R\$ 10,7 milhões, para os processos que não houve adesão a Companhia constituiu provisão de R\$ 122,3 milhões.

A Companhia ainda figura no polo passivo em processos judiciais ou administrativos, que envolvem outros tributos, tais como PIS, IPI, ICMS, IR, contribuições previdenciárias, no valor total de R\$ 500,6 milhões, cujo prognóstico é de perda possível.

Para os processos cuja perda é provável, a Companhia possui o saldo de R\$ 8,9 milhões, de depósitos judiciais realizados.

Fonte: CVM, ITR, Relatório Suzano Papel e Celulose SA 2011, página 67.

A classificação do “prognóstico” como possível está bem fundamentada? E o uso dos termos? Justifique.

(9) Após uma formatura em 2012, duas pessoas morreram, possivelmente por resultado de alimentos envenenados oriundos de produtos dispensados pela empresa responsável. Procedimentos legais são instaurados para solicitar indenização da empresa. Até a data da autorização para a publicação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, os advogados da entidade aconselham que é provável que a entidade não será responsabilizada. Entretanto, quando a entidade elabora as suas demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, os seus advogados aconselham que, dado o desenvolvimento do caso, é provável que a entidade será responsabilizada. Identifique o tratamento contábil em:

(a) Em 31 de dezembro de 2012. Justifique:

(b) Em 31 de dezembro de 2013. Justifique.

(10) Uma indústria têxtil opera de maneira lucrativa em uma fábrica arrendada (arrendamento operacional). Durante dezembro de 2012, a entidade transfere suas operações para nova fábrica. O arrendamento da antiga fábrica ainda terá que ser pago por mais quatro anos, não pode ser cancelado e a fábrica não pode ser subarrendada para outro usuário. Qual seria sua escolha? Justifique.

(11) A entidade vende bens com uma garantia segundo a qual os clientes estão cobertos pelo custo da reparação de qualquer defeito de fabricação que se tornar evidente dentro dos primeiros seis meses após a compra. Se forem detectados defeitos menores em todos os produtos vendidos, a entidade irá incorrer em custos de reparação de 1 milhão. Se forem detectados defeitos maiores em todos os produtos vendidos, a entidade irá incorrer em custos de reparação de 4 milhões. A experiência passada da entidade e as expectativas futuras indicam que, para o próximo ano, 75 por cento dos bens vendidos não terão defeito, 20 por cento dos bens vendidos terão defeitos menores e 5 por cento dos bens vendidos terão defeitos maiores. Estime o valor esperado para o custo das reparações. Fundamente.

(12) Avaliando as demonstrações de 2012 da Marfrig Alimentos SA, você se depara com o trecho da nota explicativa número 22, sobre provisões, em destaque:

#### 22.2.1. Trabalhistas e previdenciárias

Entre as ações civis públicas ou coletivas de natureza trabalhista envolvendo a Companhia e suas controladas, destacamos as ações civis públicas da controlada Seara, que na opinião dos assessores legais, estão classificadas como de perda possível no valor estimado de R\$36.082, as quais discutem basicamente horas extras na troca de uniforme (minutos de preparo), Art. 253, da CLT (intervalo de 20 minutos a cada uma hora e 40 minutos para pessoal que trabalha em ambiente refrigerado, horas *in itinere*, terceirização de atividade fim, adicional de insalubridade, risco ergonômico, preenchimento de cotas de aprendizes entre outras.

Ainda, a maior parte das reclamações trabalhistas ajuizadas contra a Companhia e suas controladas, que na opinião de nossos assessores legais estão classificadas como perda possível, referem-se a temas comumente alegados no segmento, tais como justa causa, horas extras, minutos de preparo, intervalo para pessoal que trabalha em ambiente refrigerado, horas *in itinere*, entre outros. Todavia, a Administração esclarece que individualmente nenhuma reclamatória trabalhista é relevante.

Fonte: CVM, ITR, Relatório Marfrig - 2012, página 150.

O trecho em destaque sugere que o tipo das reclamações (trabalhistas e previdenciárias) é comum no segmento. Qual a função dessa informação? Justifique.

RCC 0452 – Teoria da Contabilidade I  
 Prof. Dr. Carlos Alberto Grespan Bonacim

(13) Avaliando as demonstrações de 2012 da Copel SA, você se depara com o trecho da nota explicativa número 28, sobre provisões, em destaque:

**Mutações das provisões para litígios**

Consolidado	Saldo em 1º.01.2012	Adições	Reversões	Custo de construção	Adições no imobilizado em curso	Quitações	Saldo em 31.12.2012
<b>Fiscais (28.1.1)</b>							
Cofins (a)	234.563	8.568	-	-	-	-	243.131
Outras (b)	47.374	20.551	(9.180)	-	-	(7.300)	51.445
	<b>281.937</b>	<b>29.119</b>	<b>(9.180)</b>	-	-	<b>(7.300)</b>	<b>294.576</b>
<b>Trabalhistas (28.1.2)</b>	<b>128.505</b>	<b>47.859</b>	<b>(1.893)</b>	-	-	<b>(19.481)</b>	<b>154.990</b>
<b>Benefícios a empregados (28.1.3)</b>	<b>58.089</b>	<b>33.945</b>	<b>(149)</b>	-	-	<b>(13.215)</b>	<b>78.670</b>
<b>Cíveis (28.1.4)</b>							
Fornecedores (a)	88.003	2.179	(21.552)	-	-	-	68.630
Cíveis e direito administrativo (b)	112.059	92.975	(19.132)	-	-	(9.091)	176.811
Servidões de passagem (c)	4.839	1.315	(176)	-	-	(14)	5.964
Desapropriações e patrimoniais (c)	273.647	38.999	(93)	1.064	3.855	-	317.472
Consumidores (d)	5.493	4.490	(2.506)	-	-	-	7.477
	<b>484.041</b>	<b>139.958</b>	<b>(43.459)</b>	<b>1.064</b>	<b>3.855</b>	<b>(9.105)</b>	<b>576.354</b>
<b>Ambientais (28.1.5)</b>	<b>104</b>	<b>89</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>193</b>
<b>Regulatórias (28.1.6)</b>	<b>48.147</b>	<b>2.976</b>	<b>(160)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(38)</b>	<b>50.925</b>
	<b>1.000.823</b>	<b>253.946</b>	<b>(54.841)</b>	<b>1.064</b>	<b>3.855</b>	<b>(49.139)</b>	<b>1.155.708</b>

Fonte: CVM, ITR, Relatório Copel SA - 2012, página 147.

O trecho em destaque sugere apresenta as colunas para adições e reversões das provisões. Qual a função dessa separação? Justifique.